

# PASTORAL DA TERRA

Comissão Pastoral da Terra

outubro a dezembro de 2008

Ano 33 – Nº 194

20 anos sem Chico Mendes  
20 anos da Constituição  
60 anos da Declaração dos Direitos  
Humanos (ONU)

O que comemorar?

Foto: João Ripper

Lutar por Direitos Humanos  
não é crime

pág. 12

Neste Natal a CPT anuncia seu 3º  
Congresso

pág.16

## EDITORIAL

# Um outro mundo será possível?

Estamos chegando a mais um final de ano. Um ano que ficará para a história, pois a crise econômica abalou os mais profundos e sagrados alicerces do capitalismo liberal.

Em meio a essa crise celebramos o Natal. A chegada do Salvador, na forma de uma criança excluída da sociedade, também abalou as profundas convicções de seu tempo. Neste Natal, em meio à crise, a CPT anuncia a realização do seu 3º Congresso com o lema *No clamor dos povos da terra, a memória e a resistência em defesa da vida*.

Como o menino da Gruta de Belém, o Clamor dos povos da terra, subverte a ordem vigente, pois conserva a memória do valor da partilha e fortalece a resistência contra o espírito que tudo quer transformar em mercadoria e lucro.

Neste final de ano, também celebramos datas muito significativas. Os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, uma proclamação da igualdade radical de todas as pessoas. Porém, diante das guerras, que persistem, das desigualdades que saltam aos olhos, haverá muito a comemorar? O massacre dos camponeses em Pando, Bolívia, nos indigna. Os direitos ficaram inscritos no papel, não na vida das pessoas e das nações.

Celebramos ainda os 20 anos da Constituição brasileira, a assim chamada Constituição Cidadã. Para os lutadores da Reforma Agrária, porém, foi um enorme balde de água fria sobre os sonhos de eliminar de vez o câncer do latifúndio que corrói a nação. E mesmo os direitos humanos, pouco respeito merecem. Lutadores

dos direitos humanos são criminalizados de tal forma que foi preciso deflagrar uma campanha para afirmar que Lutar por Direitos Humanos não é Crime.

Completam-se também 20 anos do assassinato do grande líder seringueiro Chico Mendes. Um mártir da defesa da floresta e de seu povo. O legado que ele nos deixou, porém, vem sendo tremendamente desvirtuado.

Apesar disso, os movimentos ligados ao campo têm mostrado vitalidade. No final de 2008, se realizaram algumas Romarias e eventos importantes: a V Conferência da Via Campesina, em Moçambique, o Encontro de Formação da CPT, tendo como centro os assalariados do campo, o Encontro Nacional das Mulheres em Luta por Soberania Alimentar e Energética, o I Encontro Nacional da Juventude do Campo e da Cidade e o Seminário Internacional sobre os Agrocombustíveis.

Essa luta, árdua e desigual, tem merecido o reconhecimento. Dom Cappio e os lutadores do São Francisco receberam o Prêmio pela Paz de Pax Christi Internacional. O combate ao trabalho escravo desenvolvido pela CPT e Repórter Brasil foram agraciados com o prêmio Harriet Tubman 2008, da Free the Slaves, dos Estados Unidos.

2009 está às portas. Nossos sonhos e lutas são para que os entraves que impedem a construção da igualdade e da justiça sejam quebrados para que um Outro Mundo seja Possível, como vai proclamar, em janeiro, em Belém, o Fórum Social Mundial.

Boa Leitura



## PUBLICAÇÕES

## “Trabalho Escravo Hoje no Brasil”

A cartilha reúne poesias, paródias, textos dissertativos e desenhos produzidos por crianças de quinze escolas da rede pública de Xinguara, no Pará. As produções participaram do Concurso “Trabalho Escravo Hoje no Brasil”, promovido pela CPT, Secretaria Municipal de Educação e pela Repórter Brasil. A organização também contou com professores que participaram do curso “Escravo, nem pensar!”, ministrado em 2006.



## “Pedro Casaldáliga: as causas que imprimem sentido à sua vida – retrato de uma personalidade”

Benjamín Forcano, Eduardo Lallana, José Maria Concepción e Maximino Cerezo organizaram o livro “Pedro Casaldáliga: as causas que imprimem sentido à sua vida – retrato de uma personalidade” em homenagem aos 80 anos do religioso. Espanhol, mas residente no Brasil há 40 anos, Dom Pedro Casaldáliga posicionou-se fortemente contra a opressão, a injustiça e a marginalização social, tendo sempre lutado pelo respeito dos direitos humanos. A obra traz dados biográficos, poemas, fotos e depoimentos daqueles que acompanham a trajetória de Dom Pedro. O lançamento aconteceu no dia 25 de outubro, a partir das 10 horas, no Sesc Vila Mariana, em São Paulo.

## Segundo fascículo do Caderno Kizomba

A obra, publicada pela CPT – Região Guajarina em parceria com o grupo italiano Rete Radie Resch, busca ser um instrumento de releitura da história, revitalização da cultura e elevação da auto-estima do povo afro-brasileiro. Com o título “Reação, Rebelião e Resistência do povo afro à escravidão no Brasil, no Pará e na Região Guajarina”, este é o segundo de cinco fascículos que farão parte da obra.

## “Dom Cappio: Rio e Povo”

No dia 2 de outubro, na Igreja do Carmo, em Belo Horizonte (MG) aconteceu o lançamento do livro “Dom Cappio: Rio e Povo”, organizado por Frei Gilvander, da CPT MG. O livro reúne 57 textos de diferentes autores sobre a atuação do religioso contra a transposição do rio São Francisco. Na obra, pessoas próximas a Dom Cappio narram a luta do religioso e seu jejum em defesa do rio São Francisco e dos povos do Semi-Árido. Os textos são técnicos, éticos, pastorais, ecológicos e militantes. (fonte: CPT/Frei Gilvander)



É uma publicação da Comissão Pastoral da Terra – ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, ed. Dom Abel, 1º andar, Centro, Goiânia, Goiás. CEP 74030-090.  
Fone: 62 4008-6466. Fax: 62 4008-6405.

[www.cptnacional.org.br](http://www.cptnacional.org.br) comunicacao@cptnacional.org.br

### Presidente

Dom Xavier Gilles

### Vice-presidente

Dom Roque Paloschi

### Coordenadores Nacionais

José Batista Afonso  
Juvenal José da Rocha  
Lucimere Leão  
Ir. Maria Madalena dos Santos  
Padre Herminio Canova  
Padre Dirceu Fumagalli

### Redação

Cristiane Passos  
Antônio Canuto  
Marília Almeida - estagiária  
Rede de comunicadores da CPT

### Jornalista responsável

Cristiane Passos (Reg. Prof. 002005/GO)

### Diagramação / Impressão

Gráfica e Editora América Ltda.  
(62) 3253-1307  
[www.graficaeditoraamerica.com.br](http://www.graficaeditoraamerica.com.br)

### APOIO

#### EED

Evangelischer Entwicklungsdienst

#### Brot Für Die Welt

Pão para o Mundo

#### Fundação Eugen Lutter

#### MZF

Missionzentrale der Franziskaner e. V.

### ASSINATURAS

**Anual R\$ 10,00.**

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1.

Informações [canuto@cptnacional.org.br](mailto:canuto@cptnacional.org.br)



## Tupinambás são feridos em despejo

O despejo de Tupinambás do sul da Bahia pela Polícia Federal (PF) deixou três indígenas feridos, no dia 20 de outubro. O Tribunal Federal da 1ª Região havia concedido o prazo de 180 dias para que a Fundação Nacional do Índio (Funai) finalizasse o relatório de identificação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença. Como o prazo não foi cumprido, a Polícia Federal determinou que fossem executadas as liminares de reintegração de posse das áreas retomadas pelos indígenas. Os índios podem perder terras essenciais para sua

sobrevivência, onde existem projetos agrícolas em andamento, casas de farinha e escolas construídas com recursos do Governo Federal. Eles também temem por sua integridade física. A PF já cumpriu alguns dos mandados de reintegração de posse, mas os indígenas afirmam que continuarão resistindo. Eles pedem que a Funai tente um acordo para o adiamento do prazo de reintegração de posse para que possa concluir o relatório de identificação da Terra Indígena Tupinambá. (fonte: Cimi)

## Escolinha de Agroecologia é exemplo bem sucedido de educação alternativa

Há três anos a CPT da Região Norte do Rio de Janeiro e as comunidades de assentados e assentadas da Reforma Agrária mantém em funcionamento um exemplo de educação alternativa. A Escolinha de Agroecologia surgiu a partir de discussões em encontros de formação da CPT e tornou-se um local de incentivo e disseminação das práticas agroecológicas como ferramenta para enfrentar o agro-hidronegócio. Inicialmente, a Escolinha estava instalada na Universidade Federal Fluminense, em Campos dos Goytacazes (RJ), hoje ela funciona no Assentamento Zumbi dos Palmares, no mesmo município. Uma vez por mês, camponeses, estudantes universitários e agentes da CPT reúnem-se no local para estudar a Agroecologia do ponto de vista teórico e prático. Os pequenos agricultores recebem auxílio no processo de transição do cultivo convencional para o agroecológico e são incentivados a resgatar conhecimentos tradicionais para uni-los à pesquisa na área de Agroecologia. Um



Foto: Arquivo CPT Rio de Janeiro

dos exemplos de sucesso da iniciativa é a criação da feira de produtos agroecológicos, realizada na Universidade Federal do Norte Fluminense, que auxilia os trabalhadores rurais na comercialização de seus produtos. A Escolinha de Agroecologia é coordenada pela CPT, com o apoio de professores universitários, e é mantida com recursos da solidariedade internacional e com a ajuda dos participantes. (fonte: CPT)

## Documento pode provocar novas investigações da morte de Dorothy Stang

Foto: Arquivo CPT Pará



No dia 7 de novembro, as freiras Rebeca Spires e Julia Depweg, que trabalharam junto de Dorothy Stang por três décadas, receberam a cópia da ata de uma reunião na qual consta que parte do lote onde a missionária foi assassinada, em 2005, estava sendo doada para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá). Segundo o documento,

o fazendeiro Regivaldo Pereira Galvão, acusado de ser o principal mandante do crime, procurou o escritório do órgão em Altamira (PA), no dia 28 de outubro, para doar a terra, que ele antes afirmava estar em nome de Vitalmiro Bastos de Moura, Bida, também envolvido no assassinato da irmã Dorothy. Em troca da doação, Galvão pediu autorização para criar gado na outra parte da terra. A cópia da ata foi apresentada em uma audiência pública realizada em Anapu (PA), no dia 8 de novembro, para discutir o caso. Para as irmãs Rebeca Spires e Julia Depweg, o documento indica que o lote pertencia a Galvão e que, por isso, ele teria motivos para encomendar o assassinato de Dorothy Stang. Elas ainda apontam que Bida não morava neste lote, mas que teria sido contratado por Galvão para programar o crime. No dia 9 de novembro, as religiosas foram a Brasília na tentativa de fazer com que as investigações referentes ao assassinato avancem. (fonte: Agência Brasil)

## CURTAS

### Programa busca apoiar e financiar produção agroecológica

Foi oficialmente lançado, no dia 22 de outubro, em Rondônia, o Programa Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS), uma parceria entre a Fundação Banco do Brasil, o Sebrae e o Ministério da Integração Nacional. O PAIS é uma tecnologia social que visa apoiar e financiar a implantação de hortas em forma de mandala, sem o uso de agrotóxicos e adubos químicos, em pequenas propriedades. Em Rondônia, existe um intenso trabalho no sentido de divulgar e fortalecer a produção agroecológica. A CPT – RO, juntamente com o Projeto Padre Ezequiel, da Diocese de Ji-Paraná e a Cooperativa dos Produtores Rurais Organizados para Ajuda Mútua (Coocaram), criaram a Articulação Rondoniense de Agroecologia (Aroa). O objetivo é discutir estratégias conjuntas e eficazes para a disseminação da agricultura agroecológica e garantir a utilização sustentável dos recursos naturais existentes. O PAIS, uma das ferramentas utilizadas pela Articulação para consolidar a agroecologia no Estado, será responsável pela implantação de 200 hortas em seis pólos. (fonte: CPT-RO)

### Camponeses são assassinados na Bahia

Três camponeses foram assassinados, no dia 15 de outubro, em uma emboscada preparada por pistoleiros, no interior baiano. Suspeita-se que o crime tenha sido encomendado por grileiros de terras da região do município de Monte Santo (BA), próximo à fazenda Capivara. O clima é de tensão na região e os trabalhadores temem novos ataques. Desde o ano passado foram mortos seis camponeses em decorrência de conflitos fundiários envolvendo grileiros e posseiros. (fonte: CPT Bahia)

### Semana discute pobreza causada pelo livre comércio

Do dia 12 a 19 de outubro foi celebrada em todo o mundo a 3ª Semana de Ação sobre o Comércio, um momento para discussão, trabalho e troca de experiência entre pessoas de diferentes localidades. A semana foi escolhida devido aos acontecimentos e datas celebradas nesses dias. O dia 13 de outubro foi marcado pela reunião do Banco Mundial com o Fundo Monetário Internacional (FMI). No dia 16 é comemorado o Dia Mundial da Alimentação e, no dia 17, o Dia pela Erradicação da Pobreza. Também de 12 a 19 de outubro foi celebrada a Semana de Ação Global contra a Dívida e as Instituições Financeiras Internacionais e de 19 a 26 de outubro, a Semana do Mundo. A Semana de Ação sobre o Comércio é uma oportunidade para que o povo mostre ao mundo a pobreza causada pelo livre comércio e quais são as alternativas existentes. (fonte: Trade Week)

### Seminário contrapõe propaganda do governo federal sobre etanol

Em contraponto à Conferência Internacional sobre Biocombustíveis, realizada pelo governo federal entre os dias 17 e 21 de novembro, aconteceu também em São Paulo o Seminário Internacional "Agrocombustíveis como obstáculo à construção da soberania alimentar e energética". Diversas entidades, movimentos sociais e ambientais tanto do Brasil quanto do exterior se reuniram de 17 a 19 de novembro para debater e questionar o mito da "sustentabilidade" da produção industrial do etanol. O Seminário teve o objetivo de alertar a sociedade e os participantes do evento promovido pelo governo federal sobre os graves problemas causados pelo etanol no campo trabalhista, ambiental, fundiário, entre outros. Na ocasião, a CPT e a Rede Social de Justiça e Direitos Humanos lançaram o relatório "Os impactos da produção de cana no Cerrado e na Amazônia", que analisa a expansão desta monocultura em 11 estados brasileiros.

## CALENDÁRIO DE LUTAS

## Encontro Nacional Mulheres em Luta por Soberania Alimentar e Energética

O Encontro foi realizado entre os dias 28 e 31 de agosto, em Belo Horizonte (MG), e reuniu cerca de 400 mulheres de todo o Brasil, ligadas à Via Campesina e à Marcha Mundial de Mulheres.

**D**urante os quatro dias de Encontro, o grupo de mulheres discutiu sobre as ameaças do monocultivo e da falsa solução da agroenergia; a privatização da água e o modelo energético brasileiro; os padrões de consumo no campo e na cidade; a indústria da alimentação e a relação com a saúde; as mudanças climáticas e a injustiça ambiental; a convivência com o Semi-Árido; a agroecologia, sementes crioulas e agricultura urbana; a resistência e as ações diretas das mulheres contra as transnacionais; a ocupação dos espaços e territórios urbanos; o consumo e a economia solidária e o trabalho do-

méstico e a disponibilidade de creches para os filhos dessas trabalhadoras. Após refletir sobre cada um desses temas, o grupo divulgou um documento final onde denuncia todas as mazelas causadas ao nosso país pelo atual modelo de produção energética, de especulação econômica internacional, de produção ali-



mentícia mercantilizada e de baixa qualidade, o desaparecimento das sementes crioulas e a ameaça das mudanças climáticas cada vez mais acirrada pelos impactos dos monocultivos para a produção de agrocombustíveis.

De acordo

com as organizadoras do evento, o Encontro possibilitou o início de uma unidade entre as mulheres de diversas organizações do campo e da cidade. Segundo Soniamara Maranhão, do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o encontro contribuiu para unificar a estratégia dos movimentos, o conceito de feminismo e avançar na qualificação das lutas. “Avançamos para a construção de um projeto popular, a partir da organização das mulheres da classe trabalhadora”, finalizou.

\* Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT, com informações da Sempreviva Organização Feminista (SOF)

## 7 de setembro : Gritos de indignação

PAULO VICTOR MELO\*

Lá se foi mais um 7 de setembro. E, novamente, a sociedade brasileira se organizou e demonstrou que não basta entoar o hino nacional e assistir aos desfiles cívico-militares para “comemorar” a independência tupiniquim e demonstrar patriotismo. “Como ecoar gritos de independência e soberania se continuamos presos às amarras do capitalismo internacional? Como festejar alguma coisa num país onde o governo se pauta pelo agronegócio e pela relação promíscua com as multinacionais?”, perguntam movimentos populares, pastorais sociais e organizações comunitárias. O povo brasileiro disse um não! Não a esse modelo político e econômico neoliberal.

Com o lema “Vida em primeiro lugar, direitos e participação popu-



Manifestantes reunidos no Grito dos Excluídos, em Goiânia (GO).

lar”, milhares de pessoas em todo o território brasileiro construíram a 14ª edição do Grito dos Excluídos. Realizado desde 1995, constitui-se numa ampla mobilização baseada em três eixos: denunciar o modelo

que concentra riqueza e renda, condenando milhões de pessoas à exclusão social; tornar pública nas ruas a imagem dos grupos historicamente excluídos; e propor caminhos alternativos ao modelo neoliberal, desen-

volvendo uma política de inclusão social e participação popular.

O preço da energia elétrica e dos alimentos, a criminalização dos movimentos sociais, a marginalização da pobreza e da fome, e a defesa dos povos indígenas, quilombolas, ribei-

rinhos foram molas que impulsionaram marchas, audiências e atos públicos em 25 estados brasileiros, além do Distrito Federal. Em Pernambuco, a Polícia Militar tentou barrar as manifestações, reprimindo de forma violenta os participantes. Somente após três horas de intervenção policial, a população iniciou as manifestações. Em outros estados, como Goiás e Rio Grande do Sul, autoridades tentaram impedir a manifestação. No dia oficial da independência, o povo brasileiro, contrariando o discurso midiático de que vivemos em uma sociedade acomodada, mostrou que ainda há muitos braços e gritos indignados na luta por independência e pela construção de um projeto popular para o país.

\* Estagiário de Comunicação da CPT Juazeiro - Bahia

## JUVENTUDE

# Juventude rural reafirma luta por um Projeto Popular para o Brasil

PAULO VICTOR MELO\*

**D**urante cinco dias, jovens de vinte estados brasileiros, ligados a movimentos sociais populares, reuniram-se na Universidade Federal Fluminense (UFF), na cidade de Niterói, para momentos de estudo, formação política, discussões sobre a conjuntura nacional e internacional e sobre o momento que atravessa a esquerda brasileira. Eles participaram do I Encontro Nacional da Juventude do Campo e da Cidade (ENJCC), realizado do dia 11 a 15 de agosto e organizado por 24 movimentos sociais de trabalhadores, negros, mulheres, sem-terra, sem-teto, camponeses, estudantes e desempregados, em sua maioria ligados à Via Campesina.

O I ENJCC é parte de um programa de formação da juventude da classe trabalhadora, organizado pelo Coletivo Nacional de Juventude da Via Campesina. O curso vem sendo realizado em nove Estados desde 2006 e tem como objetivo formar, mobilizar e organizar os jovens trabalhadores do campo e da cidade. Para o coordenador nacional de Juventude do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Antônio Neto, o encontro foi um marco para a juventude da classe trabalhadora, pois jovens de diversas organizações tiveram a oportunidade de relatar seus avanços e dificuldades de mobilização, trocar experiências de lutas e se articularem para promover outras lutas conjuntas.

Temas como capitalismo na atualidade, análise e interpretação de dados sobre a juventude, criminalização dos movimentos sociais e fragmentação da esquerda foram debatidos pelos jovens no campus da Universidade. Também participaram de mesas de diálogo, grupos de discussão, eixos temáticos, ofici-



Participantes do Encontro debateram temas como criminalização dos movimentos sociais e fragmentação da esquerda

nas e apresentações artístico-culturais, o que proporcionou o aprofundamento dos debates e a integração dos jovens presentes. As místicas estiveram presentes em todo o encontro, no sentido de sensibilizar os militantes e convocá-los para as lutas sociais. A luta das mulheres camponesas no “8 de março”, as mobilizações do plebiscito pela reestatização da Vale do Rio Doce e as manifestações contra a Transposição do Rio São Francisco foram contadas com muita poesia, música e teatro.

## Homenagens, reflexões e manifestações

O Encontro foi também um lugar para prestar homenagens a grandes lutadores e lutadoras do povo. O legado de Che Guevara, Olga Benário e Josué de Castro foram lembrados com a presença, inclusive, das filhas de Olga e Josué, respectivamente, Anita Prestes e Ana Maria Castro. Rafael Vilas Boas, do Setor de Cultura do MST, acredita que

o Encontro foi o momento também de refletir sobre a miopia da esquerda brasileira que, muitas vezes, “não consegue compreender que as questões sociais estão historicamente ligadas entre si”.

Para Thiago Cavalcanti, do Núcleo de Assessoria Jurídica de Pernambuco (NAJUP), o encontro é um grande passo da juventude brasileira rumo ao processo de revolução no país. “Penso que a partir deste encontro poderemos nos entender melhor e nos organizar, trabalhar e conscientizar nossa juventude de que suas diferenças culturais e estruturais são particularidades e que só através da compreensão dessa heterogeneidade, podemos romper com as dificuldades colocadas pelo inimigo único que nos cerca. E com isso avançarmos na construção de um projeto popular para o Brasil”, afirmou.

Um dos momentos mais aguardados do encontro foi justamente a última atividade antes da partida dos ônibus das delegações: o Ato Público pelo Centro do Rio de Janeiro, na tarde do dia 15 de

agosto. Organizados em fileiras e com bandeiras vermelhas nas mãos, os jovens denunciaram as mortes que são causadas pela violência do Estado e protestaram contra a criminalização dos movimentos sociais. Os cerca de 1200 jovens presentes no Ato foram ao Ministério da Educação, à sede da mineradora Vale, ao Consulado dos Estados Unidos e ao Tribunal de Justiça exigir, entre outras coisas, uma educação pública de qualidade em todos os níveis; a reestatização da Vale e o cumprimento imediato dos direitos fundamentais, como trabalho, saúde e moradia. O I ENJCC possibilitou também a integração da juventude de diversos movimentos sociais populares. A troca de experiências se pautou na luta por uma construção alternativa para o país. Isabelle Mendes, do Movimento Estudantil da Paraíba, espera que “a juventude se fortaleça e que outros espaços como este sejam realizados”.

\* Estagiário de Comunicação da CPT Juazeiro-Bahia

## ENCONTRO NACIONAL DE FORMAÇÃO

# “O grito dos que trabalham nas colheitas chegou até os ouvidos do senhor”

Sob esse lema, cerca de 60 pessoas entre agentes da CPT e trabalhadores se reuniram em Goiânia, entre os dias 7 e 9 de outubro, para o Encontro Nacional de Formação da CPT que teve, esse ano, como tema “As relações de trabalho nos monocultivos e na mineração”.

### CRISTIANE PASSOS\*

Durante três dias, agentes e trabalhadores ligados à Comissão Pastoral da Terra (CPT) puderam dividir experiências e discutir as atuais circunstâncias vividas por inúmeros trabalhadores em todo o país empregados nos setores de monocultivos e mineração. Depois de se dividirem em grupos por grandes regiões e socializarem um pouco da sua realidade de trabalho em cada uma delas, os participantes do Encontro levaram para a plenária as impressões e relatos sobre a presença das monoculturas em suas regiões, as atividades de mineração e a situação dos assalariados nestas atividades. Em seguida, com a ajuda do professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Carlos Mazzetto, eles puderam ampliar o debate a partir de uma contextualização histórica do processo de implantação de monoculturas, modernização da agricultura, condições de trabalho e vida útil da força de trabalho humana no país.

De acordo com Mazzetto, a história do Brasil é vinculada à idéia de monoculturas e exploração, pois desde seu descobrimento ele serviu como território de produção para a metrópole, baseando-se na tríade latifúndio/escravidão/monocultura. A partir dos anos 1960, com a modernização da agricultura, várias iniciativas foram criadas para aumentar a velocidade do processo de produção. Entre elas a articulação entre ensino, pesquisa e

extensão, e o sistema de crédito rural. Dessa forma, a indústria apropriou-se do sistema agrícola brasileiro, potencializando-o economicamente, e provocando uma grande expansão do modelo de monoculturas. Com a corrida por terras agricultáveis, o Estado promoveu iniciativas como os Programas de Desenvolvimento Agrícola e de Colonização, abrindo a floresta Amazônica e demais biomas, como

Atualmente vivemos, de acordo com Mazzetto, uma nova fase: a do agronegócio moderno global, baseado em corporações em rede. Isso provocou o aumento da capacidade exportadora do Brasil e uma conseqüente maior abertura da economia para o agronegócio. Como decorrência disso, está havendo uma grande expulsão dos camponeses e pequenos proprietários de terras, além do desmatamen-

palmente para a produção energética, como o caso da grande expansão atual do setor sucroalcooleiro.

### A exploração no eito da cana

A professora da Universidade Federal Fluminense (UFF), Delma Pessanha, que contribuiu juntamente com o professor Mazzetto na assessoria do Encontro, levantou a questão das condições de trabalho no corte da cana. De acordo com a professora, os problemas das condições de trabalho nessa modalidade se mantêm a muito tempo da mesma forma, acrescidos do aumento da produtividade exigida de cada cortador.

A monocultura da cana para a produção do etanol é um dos setores onde mais se explora a mão-de-obra dos trabalhadores. Entre os anos de 2004 e 2007, de acordo com a Pastoral do Migrante, 22 cortadores de cana morreram de exaustão no Estado. Além disso, de acordo com a professora da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), Maria Aparecida de Moraes, a vida útil de um trabalhador no corte da cana é de cerca de 13 anos, menos do que a de um escravo no período da colonização. A escravização desses trabalhadores, em sua maioria migrantes, também é uma prática constante no setor. No ano de 2007, de acordo com os dados da CPT, a atividade que mais utilizou mão-de-obra escrava foi a da cana-de-açúcar.



Foto: Cristiane Passos

Momento de mística durante o Encontro Nacional de Formação da CPT

o cerrado, para a produção extensiva de produtos destinados à exportação. Juntamente a tudo isso veio a grilagem, a exploração madeireira, o desmatamento, a superexploração do trabalho e, até mesmo, a escravização da mão-de-obra humana.

to, declínio da produção de gêneros alimentícios para consumo interno e apropriação das terras brasileiras pelo capital estrangeiro. As soberanias territorial e alimentar brasileiras estão sendo colocadas em risco diante do aumento das monoculturas, princi-

## ENTREVISTA

# Cortador de cana, um super atleta

Em entrevista ao Pastoral da Terra, a professora da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Maria Aparecida dá mais detalhes sobre a atual situação dos cortadores de cana no nosso país.

**P**astoral da Terra: A situação dos cortadores de cana é bastante complexa no nosso país. São Paulo é o grande produtor de cana e por ser o mais desenvolvido do Brasil, a senhora acha que as condições dos cortadores de cana nesse Estado deveriam ser um pouco melhores do que em outros lugares do país?

**Maria Aparecida:** Eu não penso que elas são ou deveriam ser melhores, o que eu posso dizer é que existe lá um processo de intensificação da exploração da força de trabalho e existe também uma exigência cada vez maior dos níveis de produtividade, e apesar da legislação existente, de toda a preocupação do MP e do MPT, existem muitas violações dos direitos trabalhistas. Isso praticamente em todo o estado de São Paulo. Como é uma área extremamente grande, atualmente o Estado tem cinco milhões de hectares cobertos de cana, evidentemente a fiscalização torna-se bastante difícil. Mas de uma certa forma o que se tem visto é que praticamente em todas as operações de fiscalização, os promotores do trabalho encontram irregularidades.

**P.T.: Em São Paulo, a senhora tem notícia de diversas mortes por excesso de esforço. Essas mortes acontecem porque lá se exige mais dos trabalhadores ou porque lá se detecta um pouco melhor essas violações que não acontecem, talvez, em outros estados?**

**M.A.:** Eu tenho a impressão de que o número de mortes deve ser muito maior, no entanto, temos como denúncia registrada principalmente pela Pastoral do Migrante, um total de 22 mortes no período de 2004 até agora. Inclusive no começo desse ano faleceu um trabalhador na região de Presidente Prudente. O que nós consi-

tatamos é que essas mortes são consideradas, supostamente, por excesso de esforço uma vez que nós não conseguimos provar onexo causal entre o esforço e a morte. Há uma pesquisa que está sendo desenvolvida pela Unimep em que se empregou a metodologia da ergonomia francesa no sentido de acompanhar uma jornada de trabalho de um grupo de trabalhadores. Pela metodologia, eles passaram a medir o esforço do trabalhador durante a jornada de trabalho, principalmente, controlando a frequência cardíaca. Os primeiros resultados apontam o seguinte: numa determinada hora do dia essa frequência cardíaca chega a até 200 batimentos por minuto e isso corresponde ao desempenho dos melhores atletas. Eles também constataram que em um dia o trabalhador desfere quase quatro mil golpes de facão, sem contar o peso que ele carrega nos braços, as flexões que ele faz com o corpo para abaixar, cortar e depois lançar a cana. É um sobre-esforço muito grande e ele tem aumentado com o passar dos anos, isso porque as usinas cada vez mais estão interessadas num nível maior de produtividade. Os dados do INSS apontam o grande número de mortos, embora não especificados como ocorridos por excesso de esforço, incluem acidentes de trabalho e aquelas que acontecem na usina, na área de transformação da cana.

**P.T.: A situação do cortador de cana é grave pelo esforço que se exige, mas existe a possibilidade de mecanização, que significa que todos esses trabalhadores podem ficar sem emprego. Que solução teria para isso?**



Foto: Marília Almeida

*Para a professora, o excesso de esforço transforma os cortadores de cana em super atletas.*

**M.A.:** Essa é uma realidade de São Paulo. Nós estamos vendo que a cada dia o número de máquinas aumenta nos canaviais. Os dados já estão aí. De ano para ano tem havido um decréscimo do emprego, isso principalmente se for levada em conta a expansão dos canaviais. A questão não está ainda tão grave porque aumenta o número de máquinas assim como aumenta a área de cana. Então, não se tem tanto uma situação de desemprego aberta em virtude desse aumento dos canaviais. Eu não vejo outra solução a não ser a reforma agrária. Mas não aquela que se faz em São Paulo, na qual os trabalhadores depois de um determinado tempo acabam arrendando a terra para a usina e se transformam em fornecedores de cana para ela. O governo deveria, então, comprar terra, distribuir a terra e transformar diretamente esses trabalhadores em arrendatários. É uma questão política bastante séria.

**P.T.: Em São Paulo, se produzia muitos mantimentos, hoje em dia toda essa área está sendo destinada pra cana. Isso empurra o gado, sobretudo, para as novas fronteiras da Amazônia?**

**M.A.:** Exatamente, é o que eu costumo dizer: enquanto os homens descem, o boi sobe. Isto é, enquanto os nordestinos vão para São Paulo para cortar cana, o gado de São Paulo vai para o Norte do país. É o que nós estamos vendo. Só para você ter uma idéia são mais de cinco milhões de hectares em cana e a área agrícola do estado de São Paulo é de 8,5 milhões. Então nós temos apenas 3,5 milhões que não são ocupados por cana, menos da metade. Do ano passado para cá, houve um aumento de um milhão de hectares. Por mais que eles digam que a cana não toma a área dos alimentos, não é verdade. Os dados oficiais apontam isso. Eu fiz um vídeo chamado “Senhores da Terra, Donos do Mundo” onde eu filmei a destruição de uma fazenda com 1 milhão e 200 mil pés, carregados de café que foram destruídos para o plantio de cana. A carne que nós consumimos em São Paulo é do Mato Grosso, o tomate é de Goiás. Um estado de quase 50 milhões de habitantes, o mais populoso do país! Outros desdobramentos são aqueles pequenos negócios que dependiam desses pequenos produtores e agricultores e que acabam tendo que fechar as portas, já que não recebem tributos da usina. Não se pode pensar somente nos efeitos para os trabalhadores, mas também para essas pessoas que antes viviam da área rural e que forçosamente não terão mais condições de voltar. Eu tenho ouvido muito a expressão “kit sessão da tarde”, aquele senhor que antes tinha sua ocupação na área rural e agora está na cidade sem ter o que fazer, ele tem o chinelo, o pijama e assiste a sessão da tarde da Globo. É o que está restando aos agricultores.

## DATAS A SEREM LEMBRADAS

### Sessenta anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos

# O que comemorar?

MÚRIA CARRIJO VIANA\*

No dia 10 de dezembro de 1948, a Assembléia Geral das Nações Unidas (ONU) proclamou e adotou, em Paris, a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Qual a grande expectativa dessa Declaração? O que ela expressou de desejo mais profundo?

Num contexto em que a humanidade sofria as conseqüências da Segunda Guerra, este documento anunciou que as nações deveriam buscar outras relações entre si, baseadas no respeito aos direitos das pessoas. Diante de tanta morte e destruição, foi como se a ONU anunciasse: Governantes das Nações, não é o espírito da guerra e da destruição que deve prevalecer entre os povos, mas o espírito de fraternidade.

Naquele momento, a ONU reconheceu a urgência da promoção dos “direitos e liberdades humanas fundamentais e a observância desses direitos e liberdades”, independentemente de “raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política



Foto: João Ripper

ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição”.

As Nações Unidas, ao assinarem a Declaração, reafirmaram sua fé na dignidade e na igualdade entre as pessoas, no direito à vida, ao reconhecimento como pessoa, à liberdade de expressão e reunião; ao trabalho não desumano e

degradante, mas sim compatível com a dignidade humana. As disposições contidas na Carta da ONU visam proteger os Direitos Humanos fundamentais e declarar que as Nações necessitam ter uma compreensão comum desses direitos e liberdades, bem como adotar medidas que assegurem o reconhecimento, a observância universal e a efetiva apli-

cação desses mesmos direitos. É a lei a favor da vida.

Sessenta anos após essa Declaração podemos nos perguntar, o que comemorar, quando os Estados Unidos e outros países poderosos decidem ser seu direito intervir em outros países ancorados em mentiras e no discurso da defesa da democracia, quando na realidade o que defendem são seus interesses; quando a tortura ainda é empregada contra seres humanos; quando trabalhadoras e trabalhadores ainda são submetidos à escravidão; quando, como acontece no Brasil, vemos uma crescente onda de criminalização dos movimentos sociais, dos indígenas e das comunidades tradicionais que lutam pelo reconhecimento de seus territórios e pela defesa de sua identidade histórico-cultural; quando milhões de pessoas passam fome, não tem acesso à educação, à saúde...

Num mundo onde a injustiça e a desigualdade parecem crescer, martela em nossa consciência: Então, o que comemorar?

\*Documentarista da Secretaria Nacional da CPT.

## 20 anos de assassinatos contra Chico Mendes

CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES\*

No dia 22 de dezembro de 2008 faz 20 anos que a UDR (União Democrática Ruralista) pensou que ao assassinar Chico Mendes estaria pondo fim à sua obra. O legado de Chico Mendes é parte de uma longa revolução da humanidade pela reapropriação social da natureza para a qual sua luta deixou marcas definitivas. É preciso reconhecer que além do assassinato biológico de Chico Mendes, outros assassinatos continuaram sendo feitos contra sua obra.

O primeiro deles foi sua caracterização como um ecologista. Chico foi mais do que isso, pois soube conduzir a luta pela floresta enquanto uma luta pela reapropriação social da natureza. Como costumava dizer “a reserva extrativista é a reforma agrária dos seringueiros”. Assim, a luta de Chico



Foto: Conselho Nacional de Seringueiros

Mendes soube articular a luta ecológica com a luta pela justiça social por meio da invenção democrática, com o protagonismo daqueles e daquelas que, até aqui, estão subalternizados pelas relações sociais e de poder conformadas hierarquicamente.

Soube antever uma filosofia mais

complexa ao ampliar a compreensão das lutas específicas com a luta geral contra o capitalismo e por uma sociedade igualitária que acalentava por sua ideologia comunista. Assim, Chico Mendes abriu os varadouros do que vários intelectuais, como Boaventura de Sousa Santos, chamam de um paradigma de novo tipo, o ecosocialismo.

Ainda aqui, um novo rebaixamento de suas idéias veio a chamar de socioambientalismo, talvez porque vivamos um tempo onde as ideologias, sobretudo as emancipatórias, parecem estar impedidas de vir a público.

Chico Mendes bem sabia que havia mos de identificar quem são os sujeitos que com suas práticas são capazes

de instituir novos e outros paradigmas no mundo concreto da vida a partir da política. Os seringueiros e os indígenas com seus empates botaram seus corpos na frente das balas e dos tratores comandados pelos agentes do progresso e do desenvolvimento resistindo em busca de um novo modo de viver bem. Como se vê, é de muitos empates que carecemos.

Em 22 de dezembro de 1988, assassinos ligados à UDR pensaram calar com uma bala essa voz cuja força, tal como uma poronga - instrumento utilizado pelos seringueiros para iluminar os caminhos na mata e nome pelo qual Chico Mendes chamava a cartilha de alfabetização dos seringueiros -, continua iluminando caminhos.

\*Professor da Universidade Federal Fluminense (UFF).

## 20 ANOS DA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA

# Constituinte: o sonho que virou pesadelo

ANTÔNIO CANUTO\*

No dia 5 de outubro de 1988, foi promulgada a atual Constituição Brasileira. São 20 anos da chamada Constituição Cidadã, que garante os direitos básicos da pessoa humana. Entretanto, os trabalhadores rurais saíram machucados do processo, o resultado final lhes foi totalmente desfavorável.

O processo da Constituinte foi muito rico pelo envolvimento popular na apresentação de emendas e propostas. Quem mais se mobilizou e conseguiu adesões da sociedade foram os trabalhadores e trabalhadoras do campo que se organizaram em uma Comissão Nacional dos Rurais na Constituinte, promoveram uma Campanha Nacional pela Reforma Agrária e montaram um acampamento em Brasília, com oito mil pessoas.

A CPT se envolveu inteiramente desde o primeiro momento. No encontro do Conselho ampliado, na primeira semana de maio de 1985, a CPT decidiu integrar-se na Campanha pela Assembléia Nacional Constituinte Livre e Soberana e exclusiva. E decidiu: “informar e articular iniciativas para a participação dos trabalhadores e de suas entidades”. Em agosto, a V Assembléia Geral, comemorativa dos 10 anos da CPT, traçou como uma de suas linhas de ação, a participação no processo Constituinte. A Assembléia propôs estimular todas as formas de participação dos trabalhadores, despertar os agentes pastorais para a importância da ação conjunta, discutir e estimular para que na base se comesçassem a elaborar propostas para serem incluídas na nova Constituição. Decidiu também que a CPT prepararia um subsídio para ser discutido nas bases.

Já em setembro, a cartilha “Constituinte, Constituição – Vamos Participar” estava pronta, com quatro encontros e uma proposta de dramatização.

A primeira batalha travada foi pela



Foto: João Ripper

Convocação de uma Assembléia Constituinte exclusiva. Mas tanto na convocação do Presidente da República, quanto na elaboração do Regimento Interno, não foi acatada. Os candidatos eleitos em 1986 acumulariam as funções de legisladores ordinários e de constituintes.

Centrou-se, então, fogo para exigir a participação popular. O regimento interno do Congresso Constituinte incorporou a proposta. A CPT integrou o Plenário Nacional Pró-Participação Popular e junto com os movimentos sociais do campo participou da construção e da coordenação da Comissão Nacional dos Rurais na Constituinte e da Campanha Nacional pela Reforma Agrária. A proposta elaborada por esta Campanha recebeu a adesão de cerca de um milhão e 200 mil eleitores. E defendia que “ao direito de propriedade corresponde uma obrigação social”, que os imóveis que não se adequassem a esta obrigação social seriam destinados à re-

forma agrária”. Ainda estabelecia um limite de 60 módulos regionais para as propriedades, a imissão automática da União na posse do imóvel desapropriado por interesse social e dispunha que ficavam suspensas todas as ações de despejo e de reintegração de posse durante a execução da Reforma Agrária.

O relatório do Relator da Sub-Comissão de Política Agrícola e da Reforma Agrária acolheu em parte as propostas apresentadas. Mesmo assim o presidente da UDR, deputado Ronaldo Caiado, classificou o trabalho de “anti-ético”, “indecoroso”, “agressivo e arbitrário”, “produto de uma mente doentia” e o relatório acabou rejeitado por 13 votos a 12.

Em outubro de 1987, a Comissão Nacional dos Rurais na Constituinte, tendo à frente a Contag, CUT, CPT, MST, organizou a Caravana dos Lavradores a Brasília por Terra, Justiça e Liberdade. Cerca de oito mil pessoas acamparam durante três dias na capi-

tal federal, na mais significativa manifestação dos setores populares. Mas voltaram praticamente de mãos vazias.

O pior, porém, ainda estava por vir. Um acordo político assegurava a aprovação do texto do relator Bernardo Cabral que garantia que em relação à Reforma Agrária, a Nova Constituição não retrocederia ao período anterior a 1964. Em 10 de maio de 1988, a matéria foi a votação. Utilizando-se de instrumentos espúrios e de artifícios regimentais, a UDR com os Constituintes do Centrão conseguiram que a proposta do Relator aprovada por esmagadora maioria - somente quatro votos contra - passasse a uma segunda votação, para

se votar uma emenda supressiva que excluía a “propriedade produtiva” da desapropriação para fins de Reforma Agrária. E a emenda foi aprovada.

Sobre isto, uma nota da CPT dizia: “A possibilidade de realização de Reforma Agrária foi excluía da Constituição, graças a um artifício regimental [...] O texto aprovado na noite de 10 de maio situa o latifúndio acima da Constituição [...] estabeleceu o direito à propriedade rural acima do direito à vida.”

A luta de três anos, os esforços despendidos foram jogados no lixo. O sonho virou pesadelo. A Nova Constituição acabou por alimentar ainda mais a violência contra os trabalhadores do campo, por travar de vez a Reforma Agrária e por povoar a beira das estradas brasileiras de barracos que abrigam famílias em busca de terra para cultivar.

\* Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

## HOMENAGEM

# A luminosa atuação de Padre Cláudio Perani

ANTÔNIO CANUTO\*

Enquanto fechávamos a edição passada do Pastoral da Terra, recebemos a notícia da morte do Padre Cláudio Perani, no dia 8 de agosto, em Manaus (AM), a qual registramos em poucas linhas no jornal. Sua importância na história da CPT e no cenário brasileiro, porém, exige que sua figura e trabalho sejam melhor conhecidos por nossos leitores.

Cláudio Perani, um jesuíta italiano, ainda estudante, em 1962, chegou ao Brasil. Ordenou-se padre em dezembro de 1964. Entre 1967 e 1994, junto com outros jesuítas, leigos e leigas ajudou a fundar e consolidar o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), na Bahia. Em junho de 1975, atuou como um dos assessores do encontro de bispos e prelados da Amazônia, realizado em Goiânia (GO), do qual nasceu a CPT. Mais tarde, já na Amazônia, criou e fincou as bases do Serviço de Ação, Reflexão e Educação

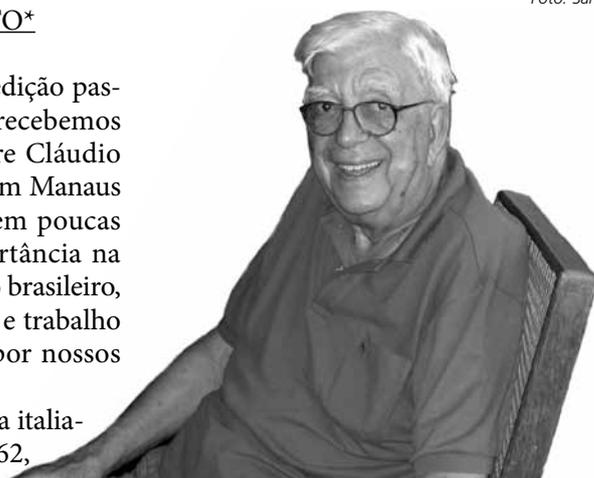


Foto: Sares

Social (SARES). Foi assessor de pastorais sociais, de movimentos e organizações populares.

Padre Cláudio foi de incontestável importância no processo de democratização do país, dando guarida a perseguidos pelo regime militar. Na realidade, Perani teve uma atuação incomum. “Foi um educador de educadores, articulando o melhor da Teologia da Libertação com o mais rico tesouro da

Educação Popular”, diz Ivo Poletto. Sua grande contribuição foi na metodologia, com a lógica de investir no povo, nas bases, na sua organização, na diversificação, de ter foco pastoral. Assim dizia à Equipe Missionária Itinerante que ele animava no Amazonas: “Participem da vida cotidiana do povo. Observem e registrem tudo. Anotem o que o povo fala com suas próprias palavras. Não se preocupem com os resultados, o Espírito irá mostrando o caminho”.

Ele “foi, com certeza, o assessor mais firme no sentido de chamar a CPT a manter-se junto aos povos do campo, superando as tentações que vinham das igrejas e da sociedade. Nada de ser direção; nada de tornar-se movimento social, substituindo a iniciativa dos trabalhadores; nada de forçar a entrada dos trabalhadores em lutas que não correspondessem ao seu nível de consciência e de organização; nada de querer fazer todo tipo de trabalho pastoral, descuidando do serviço essencial de uma ‘pastoral social’, vivendo a certeza

de que essa missão ‘social’ já era uma evangelização de primeira qualidade”, lembra Ivo Poletto.

“Acho que foi você quem me convenceu de que nosso papel se limitava (e se engrandecia) no simples serviço ao protagonismo dos pobres na luta pela libertação. Esta sua marca perdura até hoje na CPT Bahia. [...] Ensinava que a eficácia política e a eficácia econômica, justas e necessárias, se sobrepõe, para nós, a ‘eficácia da presença’ gratuita no meio dos pobres e aberta aos seus sinais”, diz Ruben Siqueira em sua “Carta a Cláudio Perani, que não se queria póstuma”.

A CPT e o CIMI, segundo Dom Tomás Balduino, conselheiro permanente da CPT, “são hoje o que são em grande parte devido à luminosa contribuição intelectual, moral e espiritual deste irmão”.

\* Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

## ROMARIAS

## Romeiros se mobilizam em todo o país

MARÍLIA ALMEIDA\*

Nos últimos meses deste ano, a fé e esperança de um mundo mais justo reuniu milhares de homens e mulheres em Romarias realizadas por todo o país. No Estado de São Paulo, a 4ª Romaria da Terra e das Águas, realizada em Presidente Epitácio (SP), no dia 14 de setembro, reuniu milhares de pessoas. O início da celebração, que teve o tema “Um projeto de Vida para o Pontal”, aconteceu no assentamento Porto Velho. Em seguida, os romeiros caminharam por dois quilômetros até o rio Paraná, onde uma cruz foi mergulhada para simbolizar a ressurreição e o compromisso com a Reforma Agrária e o meio ambiente.

Em João Pessoa (PB), cerca de três mil trabalhadores rurais participaram da 20ª Romaria da Terra, realizada entre os dias 20 e 21 de setembro, sob o tema “20 anos de caminhada em

defesa da vida - reforma agrária e justiça social”.

Em Juazeiro do Norte (CE), milhares de pessoas participaram da Romaria da Esperança, realizada entre os dias 29 de outubro e 2 de novembro. Uma celebração na Praça dos Romeiros, em frente à Basílica de Nossa Senhora das Dores, abriu a Romaria, que teve o tema “Na Basílica da Mãe das Dores, com o Padre Cícero e São Francisco, escolhem a Vida”. Esta é uma das maiores romarias do Brasil e é conhecida também como Romaria dos Finados.



Foto: CPT - AL

Caminhada durante a 21ª Romaria da Terra e das Águas, em Flexeiras (AL).

A CPT organizou três tendas onde os romeiros puderam se informar sobre a produção agroecológica e sobre as formas de convivência com o semi-árido. Nas tendas também foram distribuídas sementes nativas, como

arroz vermelho, milho caatingueiro e feijão de corda.

No dia 9 de novembro, a cidade de Campo Formoso, na Bahia, recebeu a 29ª Missão da Terra. Com o tema “75 anos de luta na defesa dos trabalhadores (as), pela qualidade de vida e do meio ambiente”, a Missão levou os romeiros a celebrar vontade e a esperança de se cuidar da natureza e de continuar a luta pela terra, pela água e pela cidadania.

“Terra Conquistada: Vida e Fatura Partilhada”, foi o tema da 21ª Romaria da Terra e das Águas, em Flexeiras (AL), realizada nos dias 15 e 16 de novembro. Os romeiros caminharam até o assentamento Flor do Bosque, em Messias (AL), onde, há dez anos, a CPT acompanhava a primeira ocupação em Alagoas.

\*Estagiária do Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.



## NUESTRA AMÉRICA

# Um outro Porvenir

MARCELO ARGENTA CÂMARA\*

**P**orvenir. Se traduzido ao português, este pequeno povoado de não mais de 3000 habitantes, localizado no departamento de Pando, se chamaria “porvir”. Em ambos os casos, os conceitos oferecidos pelos dicionários nos explicariam estes nomes como significando “tempos futuros”.

É de certa forma peculiar o fato de que tenha sido nessa cidade, cujo nome poeticamente nos faz alusão a novos tempos, numa sensação que é um misto de anseios e de esperanças, que tenha ocorrido um dos maiores massacres de camponeses na história recente boliviana, um massacre que, ao contrário daquilo que o nome da cidade sugere, evoca as marcas de um passado que insiste em não querer se fazer apagar da história do país, um passado marcado por coronelismos, pelo conservadorismo, pela recusa do reconhecimento do direito à existência do outro, e pela sua condenação ao esquecimento.

Um passado que se vê condenado ao desaparecimento pela vontade soberana de um povo que, ao contrário dos prognósticos, assumiu as rédeas de sua própria história, e hoje a reescreve em tintas próprias.

Na quinta-feira, 11 de setembro deste ano, uma marcha de aproximadamente mil camponeses de comunidades esparsas do interior de Pando se dirigia à capital do departamento, Cobija, para participar de uma assembléia geral em apoio ao governo Evo Morales. A poucos quilômetros de Porvenir, nas proximidades do rio Tahuamanu, foram recebidos por uma emboscada formada por funcionários da prefeitura departamental, do Serviço Departamental de Estradas e por membros dos chamados “Comitês Cívicos”, enviados até ali pelo prefeito Leopoldo Fernandez para impedir a chegada dos marchistas à capital. As ordens foram executadas a tiros,



Foto: Agencia Boliviana de Informacion

*Boliviano morador de Pando, onde pelo menos 16 pessoas foram mortas em massacre*

resultando em 16 mortos já identificados, ao menos 80 pessoas feridas à bala, e pelo menos 100 pessoas desaparecidas (muitas delas cruzaram a fronteira com o Brasil em busca de refúgio).

Os enfrentamentos ocorridos em Pando naqueles dias de setembro eram parte da reação desesperada de uma oposição que ainda não havia digerido os resultados incontestáveis do referendo do dia 10 de agosto, no qual o presidente Evo Morales, assim como 8 dos 9 prefeitos departamentais do país, colocaram a continuidade de seus cargos à aprovação eleitoral, numa tentativa proposta pelo governo de saída democrática para os impasses em que essas administrações se viam presas.

Os resultados do referendo, dos quais se destacou a impressionante aprovação de 67% da população boliviana para a continuidade do mandato presidencial, foram utilizados pela oposição para radicalizar suas ações contra o governo central, uma vez que os 4 prefeitos dos departamentos opositores da chamada “Meia-Lua” (Santa Cruz,

Tarija, Beni e Pando) também tiveram seus mandatos ratificados.

O contraste de posicionamentos era evidente: tão logo divulgados os resultados do referendo, ao passo em que o presidente Evo Morales propunha a retomada do diálogo em nível nacional, os prefeitos opositores anunciavam a radicalização dos processos autonomistas, de nítido cunho separatista. O que se seguiria a partir dali seria uma série de ações lideradas pelos chamados Comitês Cívicos departamentais, que estimularam a tomada violenta de órgãos e instituições estatais, numa clara manifestação sediciosa frente ao governo central. O exército e polícias nacionais, instados pelo governo a não reagirem às provocações, quase nada podiam fazer frente às turbas que pareciam conduzir o país ao borde de uma guerra civil. Foi dentro deste cenário que aconteceu o massacre de Porvenir, departamento cujo prefeito Leopoldo Fernández tem uma longa folha de serviços prestados ao governo do general Hugo Bánzer,

ditador naquele país na década de 1970.

O massacre ocorrido em Pando é um evidente sinal do desespero de uma oposição que, por jamais ter sido capaz de elaborar um projeto em nível nacional que articulasse as diferentes Bolívias em um único projeto de nação no qual coubessem todas as nações – brancos, mestiços, indígenas, afrodescendentes – viu-se forçada a dar-se conta de que os rumos do país não seriam mais ditados por elites acostumadas à manutenção de seus privilégios à custa da passividade eleitoral de uma população inconsciente de seu poder.

A reação ao massacre é igualmente significativa. A prisão do prefeito Fernández após o decreto de Estado de Sítio naquele departamento, mostrou um governo que, a despeito das críticas por eventualidade não tê-lo feito com antecedência, resguardou-se do uso abusivo das forças repressivas que lhe são de direito para fazê-lo, agora, de forma contundente contra aqueles que se julgam à margem das leis.

A presença do prefeito no cárcere de Chonchocoro, em La Paz, onde aguarda o processo judicial por sua responsabilidade sobre os acontecimentos em Porvenir, não só rachou o grupo opositor, como mostrou um governo forte em sua disposição de não retroceder nos processos de mudança frente a qualquer ameaça de golpe civil. Sinais de que o sangue derramado em Porvenir aponta, de alguma forma, para a consolidação de um tempo futuro, ao tempo do Pachakutik quechua-aymara: aos tempos de câmbio e de transformação. Um outro Porvenir.

\* Doutorando em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF)

## AÇÕES DA CPT

# Campanha Lutar por Direitos Humanos não é crime!

Neste ano estamos assistindo uma onda de criminalização dos movimentos sociais, como há muito tempo não se via. Isto acontece em muitos estados brasileiros. Mas é o Pará que abriga uma série de exemplos da tentativa de criminalização e o sudeste do Estado coleciona os maiores índices de violência no campo e de impunidade dos crimes cometidos contra os trabalhadores. Defensores dos direitos humanos vivem sob ameaça de morte, alguns necessitando mesmo no dia-a-dia de proteção policial, como é o caso do Frei Henri des Roziers, advogado de camponeses e militante da CPT. E nessa região, defensores dos direitos humanos e organizações sociais têm sofrido sucessivas condenações na justiça.

Um dos casos é o de José Batista Afonso, advogado, coordenador da CPT no município de Marabá (PA) e membro da coordenação nacional. Foi condenado, em 12 de junho deste ano, a dois anos e meio de reclusão, devido a uma ocupação do INCRA

de Marabá, por trabalhadores rurais, em abril 1999. Batista estava no local como articulador das negociações entre o órgão e os trabalhadores. A mesma sentença também condenou Raimundo Nonato Santos Silva, (Nonatinho), na época dirigente da regional sudeste da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará.

Outro caso que chamou a atenção foi a condenação de três lideranças do MST e do Movimento dos Trabalhadores em Mineradoras (MTM), Eurival Martins Carvalho, Raimundo Benigno e Luiz Salomé, ao pagamento de uma multa de R\$ 5.200.000,00 (cinco milhões e duzentos mil reais), pela ocupação da Estrada de Ferro Carajás nos meses de abril e maio. A intenção do juiz foi a de condenar os trabalhado-



Foto: João Ripper

O coletivo da campanha, que ultrapassa 70 entidades sociais, tem coordenação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH), Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Conferência Nacional dos Bispos (CNBB), Movimentos dos Atingidos por Barragens (MAB), Comitê Dorothy, Coordenação das Organizações Indígenas da Ama-

zônia Brasileira (COIAB), Intersindical e Conlutas.

Além da campanha várias organizações manifestaram apoio aos lutadores dos Direitos Humanos, condenados e Batista recebeu, inclusive, o VI Prêmio João Canuto de Direitos Humanos, oferecido pelo Movimento Humanos Direitos (MHuD), no dia 23 de outubro último no Rio de Janeiro (RJ).

res justamente por serem lideranças.

Diante deste e de outros casos, no dia 17 de outubro, foi lançada na Universidade Estadual do Pará (UEPA), em Belém (PA), a campanha Lutar por Direitos Humanos Não é Crime! Esta campanha tem o objetivo, de construir um coletivo que atue contra a criminalização dos movimentos sociais e de seus apoiadores na esfera jurídica e em parte da imprensa.

## CPT divulga relatório sobre impactos sociais da soja no Pará

Desde 2005, a CPT vem acompanhando a expansão da cultura da soja no estado do Pará. Ao longo desses anos, a entidade constatou que além dos impactos ambientais provocados por essa cultura, diversos conflitos sociais se sucederam em consequência de sua implantação na região. Como forma de denunciar a realidade das famílias envolvidas nestes conflitos, a equipe da CPT em Santarém (PA) produziu um Relatório divulgado no dia 1º de setembro desse ano. O documento traz um histórico de algumas famílias das áreas do município de Prainha, da Gleba Nova Olinda e do Planalto, todas situadas no pólo de Santarém, que estão sendo ameaçadas de expulsão pelos produtores vindos de outras regiões.

Membros de populações tradicionais também denunciam que estão vendo seus territórios serem “espremidos” pela ação desses forasteiros.

Diante dessa pressão e de uma possível perda de seus territórios, Odair Borari, segundo cacique da aldeia Novo Lugar, situada na Gleba Nova Olinda, sofreu dois atentados por ter denunciado às autoridades públicas a presença de grileiros nas terras indígenas onde vive seu povo. Já na região do Planalto, nove comunidades locais desapareceram e 31 tiveram sua população reduzida por causa da chegada da soja à região.

Os produtores de soja tomaram o controle dos acessos comunitários na região, criando dificuldade na locomoção e no escoamento da produção dos camponeses. Estradas, até então comunitárias, passaram a ter portões ou placas indicando propriedade particular e impedindo a passagem. Além disso, outros problemas como a contaminação de igarapés e dos moradores locais por produtos químicos aplicados na plantação são comuns na região.

## Seminário no Maranhão discute resistência dos povos amazônicos

O Seminário “Acesso dos Povos da Amazônia e Pan-Amazônia a terra e território à gestão participativa dos recursos hídricos”, realizado em Balsas (MA), entre os dias 21 e 22 de outubro, teve como um dos principais objetivos proporcionar debates que se articulem em torno dos processos de luta e resistência dos povos da Amazônia e da Pan-Amazônia contra a opressão, dominação e discriminação social. Além disso, o evento possibilitou o aprofundamento do debate sobre o agronegócio e sua contribuição para as mudanças climáticas, e uma maior discussão sobre a Campanha contra o Avanço da Soja no Cerrado, encabeçada pelo Fórum de Defesa dos Direitos das Populações do Cerrado Sul Maranhenses, uma articulação que abrange 28 municípios do Estado. O Seminário foi coordenado pela CPT de Balsas, com a organização da

Secretaria Municipal de Direitos Humanos (SMDH) e do Fórum Carajás.

De acordo com Antonio Criolo, coordenador da CPT de Balsas, o encontro também teve o objetivo de ser um preparatório para o Fórum Social Mundial (FSM) que será realizado em Belém (PA), em janeiro de 2009. Criolo frisou ainda a importância dos temas e das mesas de discussão do Seminário, entre elas a que tratou da expansão do Setor Sucroalcooleiro no Maranhão, que teve como expositor Urubatan Ramão Pinheiro, agente da CPT na região. No final do Seminário foi fechada uma agenda de compromissos até janeiro de 2009, para a preparação das entidades do Maranhão rumo ao FSM.

\* Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT com informações do regional Pará e das equipes da CPT de Santarém (PA) e de Balsas (MA).

## RIO SÃO FRANCISCO

# Dom Cappio e o povo do São Francisco são homenageados pela Pax Christi Internacional

MARÍLIA ALMEIDA\*

Na noite do dia 18 de outubro, em Sobradinho, interior baiano, quando cinco mil romeiros que participavam da 5ª Romaria das Águas caminharam por quatro quilômetros ao lado de Dom Luiz Flávio Cappio até o rio São Francisco. Em suas margens, o bispo de Barra (BA) e todos aqueles que participam da luta em defesa do rio receberam o Prêmio pela Paz de 2008 da Pax Christi Internacional, entregue pela vice-presidente da entidade e membro da Cáritas Peru, Laura Vargas.

Movimentos sociais e comunidades tradicionais de diversos estados brasileiros, e também representantes de diferentes expressões religiosas do Brasil, Suíça e Canadá participaram do ato inter-religioso que marcou a premiação. Dom Cappio é o terceiro brasileiro e o primeiro em vida a receber o prêmio da Pax Christi. Esta foi também a primeira vez em que a cerimônia foi realizada fora da cidade sede da organização, Bruxelas, na Bélgica. À pedido de Dom Cappio, para que pudesse celebrar e dividir com o povo a homenagem que receberia, a premiação aconteceu em Sobradinho (BA).

Há mais de 30 anos, o religioso vive junto às comunidades do São Francisco. Ele conhece, como ninguém, a realidade do Semi-Árido e por isso, tem travado grandes batalhas contra o projeto do Governo Federal que visa transpor o rio. Durante um ano, entre os anos de 1993 e 1994, Dom Cappio peregrinou desde a nascente até a foz do São Francisco para denunciar o estado em que o rio se encontrava. Em 2005, ele jejuou por 11 dias e em 2007, por 23 dias, contra o projeto de transposição.



Dom Cappio, ao lado de Laura Vargas, vice-presidente da Pax Christi Internacional, recebe o prêmio.

A Pax Christi é um movimento católico internacional formado por mais de cem organizações e entidades, entre elas a CPT. O Prêmio Pela Paz entregue à Dom Cappio e ao povo que atua em defesa do São Francisco é o reconhecimento de anos de trabalho pela preservação do rio e por todos aqueles que fazem das águas do Velho Chico sua fonte de sobrevivência.

## Momento de jejum, oração e reflexão

Paralelamente à Romaria das Águas foi lançada a Jornada Mundial de Jejum pela Paz e Soberania Alimentar. Dezenas de entidades e movimentos sociais tanto do Brasil quanto do exterior, como a CPT, a Cáritas Brasileira, a Via Campesina, a Pax Christi Internacional e o Serviço de Paz e Justiça na América Latina (Serpaj) aderiram

ao jejum durante o dia 18. As pessoas jejuaram e oraram na Capela de São Francisco, local onde Dom Cappio jejuou no ano passado.

A 5ª Romaria das Águas foi aberta com uma sessão solene na Câmara Municipal, no dia 16 de outubro, na qual a importância de se revitalizar o rio recebeu destaque. “Devolver a vida ao rio São Francisco não é fácil. Acreditamos na vida e, por isso, empenhamos a nossa nessa luta”, afirmou Roberto Malvezzi, da CPT, durante a sessão.

Ainda como parte da programação da Romaria, no dia 17 de outubro aconteceu o Seminário “Revitalizar o Rio para a Vida em Paz”, que discutiu temáticas relacionadas à terra, território, água, meio ambiente, educação, cultura e economia solidária. Para os cerca de 120 participantes, a “Guerra Ecológica” travada pelo go-

verno federal com o objetivo de expandir os monocultivos, as carvoarias, o turismo, entre outros, tem dividido o rio São Francisco. A destruição do Velho Chico representa uma ameaça constante para suas comunidades tradicionais e para o meio ambiente.

## O São Francisco pede socorro!

Durante esta Romaria foi apresentado um dossiê sobre os problemas sociais e ambientais enfrentados na Bacia do rio

São Francisco. O relatório, elaborado pela Articulação Popular pela Revitalização do Rio São Francisco, alerta sobre os impactos negativos causados, por exemplo, pelo avanço dos agrocombustíveis, das plantações de eucalipto e pela construção de barragens. De acordo com o documento, o governo implementa ações na região em nome de um suposto desenvolvimento sustentável que, no entanto, só será de fato sustentável se forem consideradas as características sócio-econômicas e ambientais específicas do Semi-Árido e Cerrado. “Defendemos uma revitalização verdadeira e integral, que ataque as causas da degradação e faça da população organizada seu protagonista”, finaliza o relatório da Articulação Popular pela Revitalização do Rio São Francisco.

\* Estagiária do Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT

## TRABALHO ESCRAVO

# Vidas sacrificadas no altar do agronegócio

XAVIER PLASSAT\*

**E**stá circulando no país (e fora) um abaixo-assinado exigindo do Congresso Nacional a aprovação imediata da PEC 438, Proposta de Emenda Constitucional que prevê o confisco das propriedades onde for encontrado trabalho escravo. Para uma questão tão escandalosa como a escravidão moderna, o confisco da terra constitui uma solução cristalina. Cento e vinte anos após a Lei Áurea e 60 anos após a Declaração Universal dos Direitos Humanos, brasileiros continuam sendo

traficados para trabalho escravo: 6 mil deles foram libertados somente em 2007 e 4 mil em nove meses de 2008, de um total de 33 mil resgatados desde 1995 pela fiscalização federal. Neste período, a Comissão Pastoral da Terra registrou denúncias envolvendo mais de 56 mil trabalhadores “aprisionados por promessas”, obrigados a trabalhar em fazendas e carvoarias, tratados “pior que animal”, e impedidos de romper a relação com o empregador. Vidas roubadas no altar do endeusado agronegócio.

Trabalho escravo é com frequência associado ao desmatamento ilegal,



Foto: João Ripper

## Premiação Internacional para o combate ao trabalho escravo

Por seu trabalho, a CPT e a repórter Brasil foram agraciadas pela Free the Slaves com o Prêmio Harriet Tubman 2008 - Combate ao Trabalho Escravo. Na solenidade da premiação e em outras reuniões e eventos, em Los Angeles e Washington, em setembro passado, CPT e Repórter Brasil frisaram a violenta

contradição entre um agronegócio predador, cinicamente escravizador, para quem “tudo é permitido”, e um poder público engajado na erradicação dos efeitos mais cruéis deste modelo, mas que o tem como sua menina dos olhos. Foi nesse sentido que dedicaram o Prêmio Harriet Tubman à irmã Dorothy Stang.

Frei Xavier Plassat, representante da CPT, ao receber o prêmio disse em seu discurso:

*“Harriet Tubman era apelidada de ‘Moises do seu povo’. Lembremos: Deus disse a Moises: ‘Eu vi a humilhação do meu povo. Ouvi seus gritos. Descendi para libertá-los e levá-los para uma terra onde jorram leite e mel. Vá! Liberta meu povo! Já!’” Outra mulher intrépida tem inspirado nosso caminho no Brasil: a irmã Dorothy Stang, o ‘Anjo da Amazônia’. Seu irmão Tom está conosco nesta solenidade. Membro da CPT, ela tinha optado pelos pobres, ajudando-os a*

*fazer de suas vidas de desgraça, vidas de esperança. Em defesa da floresta, Dorothy lutou ao lado dos sem-terra pela justiça e pela reforma agrária. Ela denunciou o falso ‘progresso’ pelo qual até hoje se mantêm as profundas raízes da escravidão. Entre os mandantes de seu assassinato, estava um moderno escravagista. Harriet, Dorothy, a sua impetuosa compaixão é nossa força, sua confiante determinação, nossa energia. Obrigado! Esse prêmio é seu!”*

para formação de pastos ou instalação de lavouras de grãos, nas regiões de expansão agropecuária da Amazônia e do Cerrado central. Contudo, há também casos no Sul e no Nordeste do país. Em 2008, como em 2007, metade dos resgates foi na região Centro-Oeste e metade, também, em canaviais. Dos 26.500 escravos oficialmente libertados de janeiro de 2003 a setembro de 2008, 39% foram encontrados nos estados do Norte e 29% nos do Centro-Oeste, principalmente ao longo do chamado “arco do desmatamento” (entre Mato Grosso e Maranhão, passando por Pará e Tocantins).

Indenizações milionárias já rolam contra escravistas modernos e frequentadores da “lista suja” têm negócios cortados por assinantes do Pacto Nacional das empresas contra o Trabalho Escravo. Mas isso não basta. Muitos persistem e vários até reincidem. Nenhum deles foi para cadeia. Nenhum perdeu sua propriedade. O crime perdura, pois os criminosos permanecem livres, ricos proprietários, e até elogiados pelo tributo que trazem para os cofres nacionais. Um escândalo com o qual a falta de postura significa conivência.

Um meio simples de acabar com isso

está nas mãos do Congresso há mais de 13 anos. Chama-se PEC 438/2001: a “PEC do confisco da terra” acrescenta a questão do trabalho escravo ao artigo da Constituição que prevê o confisco das terras onde houver plantio de psicotrópicos. As propriedades expropriadas seriam destinadas à reforma agrária, uma das medidas mais óbvias para gerar trabalho decente no campo e prover o alimento do povo brasileiro. Assumido pela Frente Nacional contra o Trabalho Escravo, um abaixo-assinado amplia a Mobilização iniciada em março passado, na Câmara dos Deputados, para cobrar a ‘Aprovação Já!’ do texto da PEC, que já passou pela sanção do Senado (2003), já teve aprovação pela Câmara dos Deputados em primeira leitura (2004), e nunca recebeu mais que discretos e localizados apoios por parte do Governo.

Não dá para tolerar que nossos representantes continuem sentados em cima de uma questão como essa. Assine você ([www.trabalhoescravo.org.br](http://www.trabalhoescravo.org.br)) e também colha assinaturas. PEC 438, aprovação já!

\* Coordenação da Campanha Nacional da CPT de Combate ao Trabalho Escravo

## 5ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DA VIA CAMPESINA

# Conferência da Via Campesina aponta soberania alimentar como solução para a crise

SÍLVIA ALVAREZ\*

Entre os dias 16 e 23 de outubro, mais de 600 camponeses (as), indígenas e sem-terras, vindos de 60 países, reuniram-se em Maputo, Moçambique, durante a 5ª Conferência Internacional da Via Campesina, evento que acontece a cada quatro anos. Os que falavam hindu, árabe, francês, espanhol, inglês, português ou xangana, gritavam juntos pela mesma causa - “Soberania alimentar já! Com a luta e unidade dos povos!” - e dançavam juntos ao mesmo som: o dos tambores africanos.

O cenário encontrado no país sede da Conferência era o de um Moçambique, cuja maioria da população é rural (70%) e está instigada com a chegada no país da “Revolução Verde”, impulsionada pelo governo local. No entanto, em Maputo estavam presentes países que já vem sofrendo há muitos anos com esse pacote de medidas que visa a “modernização” da agricultura, com o uso de máquinas e venenos. Os representantes desses países levaram para a V Conferência da Via Campesina relatos assustadores de concentração de terra, migração, miséria e fome. “A Revolução Verde já passou por vários países e só causou destruição ambiental e social, migração do campo para a cidade, contaminação dos alimentos. A Revolução Verde é um fracasso do ponto de vista da soberania alimentar, a não ser que só faltasse chegar a Moçambique para que ela desse certo”, ironizou Ismael Ossumane, membro da UNAC (União Nacional dos Camponeses), entidade anfitriã da Conferência.

Como uma alternativa viável a este modelo de produção capitalista, a Via Campesina elabora e aplica o conceito da Soberania Alimentar, que segundo a organização, é o direito que as pessoas têm de decidir suas próprias políticas para a agricultura, protegendo suas comunidades locais, seus meios de sobrevivência, a saúde e o meio ambiente. Tal conceito foi incorporado nas constituições ou leis nacionais de vários países

como Equador, Bolívia, Nepal, Mali, Nicarágua e Venezuela, depois de reuniões e encontros organizados pela Via Campesina.

A “Carta de Maputo”, documento final do encontro sintetiza: “No seio da crise, as oportunidades se fazem presentes. Oportunidades para o capitalismo, que usa a crise para se reinventar e encontrar novas formas de manter suas taxas de lucro, mas também oportunidades para os movimentos sociais, que defendem a tese de que o neoliberalismo perde legitimidade entre os povos, e que as instituições financeiras internacionais (Banco Mundial, FMI, OMC)

da CCI pelo Brasil, “estamos assumindo uma tarefa política e organizativa de muita responsabilidade que nossas organizações e regiões nos delegaram. Estamos assumindo em nome de milhões de trabalhadores”, disse em seu discurso no ato de posse. “Nos comprometemos com a soberania alimentar, e vamos lutar incansavelmente para que o alimento seja alimento e não mercadoria.”, disse Masioli, ao coordenar um juramento coletivo da CCI e dos delegados.

Segundo Henry Saragih, coordenador geral da Via Campesina, em cada continente, a Via Campesina tem mu-

os direitos dos trabalhadores rurais de todo o mundo.

## Assembléia dos jovens e das mulheres

Também em Maputo, antecederam a 5ª Conferência, a III Assembléia das Mulheres e a II Assembléia dos Jovens da Via Campesina. Um dos temas mais apontados pelos jovens durante as análises da situação dos países foi a migração do campo para a cidade. Segundo Paulo Mansan, da Pastoral da Juventude Rural, o aumento dos conflitos no campo - gerado pela expansão do agronegócio - somado à falta de condições básicas nas comunidades rurais, como educação, saúde e lazer - fazem com que o jovem saia cada vez mais do campo.

Já as mulheres lançaram a Campanha Mundial Pelo Fim da Violência Contra as Mulheres. Adriana Mezarios, do Movimento das Mulheres Camponesas do Brasil, apontou os mecanismos que o capitalismo e o patriarcado utilizam para dominar as mulheres. Segundo ela, a dependência econômica - causada pelo desemprego ou subemprego; o casamento e a religião, que colocam a mulher como uma propriedade dos homens, que determinam se a mulher tem que ter filhos ou não, além de lucrar com a prostituição, são alguns elementos que diminuem a participação política da mulher. “E quando estes mecanismos não funcionam, quando uma mulher se nega a algum tipo de dominação, usa-se a violência”, concluiu.

A campanha tem como foco central todas as formas de violência, física ou psicológica, exercida contra as mulheres do campo, mas também quer dar visibilidade à violência praticada contra todas as mulheres do mundo. Ela terá um caráter de denúncia e pretende desmistificar a naturalização da violência. “Queremos mostrar que a violência é estrutural em uma sociedade capitalista e patriarcal”, disseram as mulheres.



Foto: MAB

estão mostrando sua incapacidade de administrar a crise, criando a possibilidade de que sejam desarticuladas e que outras instituições reguladoras da economia global surjam e atendam outros interesses”.

## Organicidade da Via Campesina

A 5ª Conferência Internacional da Via Campesina foi um espaço de deliberações, tomada de decisões e planejamento da organização. Ali, tomou posse a nova Comissão de Coordenação Internacional (CCI), com um representante de cada país. De acordo com Itelvina Masioli, nova integrante

dado desde sua última conferência, realizada no Brasil, em 2004. Na Ásia, o número de membros aumentou; na Europa, o movimento se consolidou e reorganizou sua estrutura. A força e a criatividade dos trabalhadores rurais na América Latina têm inspirado o movimento em todo o mundo. Na África, a Via Campesina esta crescendo, com sete novos países membro.

Como uma ação concreta, ficou decidido que haverá mobilizações mundiais, em dezembro, para pressionar pela Declaração dos Direitos dos Camponeses e Camponesas da ONU. Será uma ferramenta no sistema legal internacional para fortalecer a posição e

\* Assessora de Comunicação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

## CULTURA

A fragilidade de uma criança  
- que nem encontrou quem a acolhesse –  
subverte conceitos, expectativas, valores, sonhos.

Longe do palácio real,  
longe do Templo,  
fora da cidade.  
cercado de animais,  
anunciado a pobres e impuros diante da lei,  
**Nasce o Salvador**

Neste Natal,  
queremos anunciar a subversão que hoje chega do  
campo e que a CPT quer celebrar no seu 3º Congresso  
Nacional, em Marabá, em setembro de 2009, com o  
lema:

## No clamor dos povos da terra, A memória e a resistência em defesa da vida.

A crise que o mundo capitalista vive, que fez ruir seus mais sagrados e profundos valores não vai encontrar resposta nos grandes centros de decisão, nos governos das nações poderosas, nas ostentosas catedrais.

A resposta está sendo gestada na fraqueza e fragilidade dos pequenos deste mundo, no clamor dos povos da terra que guardam a memória da terra como mãe e nutriz, que resistem em defender seus territórios e sua cultura para defender a vida.

Com sua forma de vida simples e pobre, as comunidades camponesas - que não se deixam dominar pelo monótono discurso do desenvolvimento e do progresso que consome milhões de vidas humanas e depreda e destrói a diversidade da vida animal e vegetal – anunciam que o novo céu e a nova terra, sonhados por Isaías, (Is 65,17-25), que o Outro Mundo Possível, que os Fóruns Sociais Mundiais proclamam, se constroem sobre outra escala de valores.

Como o menino da Gruta de Belém, o clamor dos povos da terra subverte a ordem vigente. Conserva a memória do valor da partilha, da solidariedade e da festa. Fortalece a resistência para não se deixar contaminar pelo espírito que tudo quer transformar em mercadoria e lucro. Defende a beleza e os dons da vida.

## Feliz NATAL!

Assine ou renove sua assinatura

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Exemplares: \_\_\_\_\_

### Assinatura anual:

- |                          |                       |      |       |
|--------------------------|-----------------------|------|-------|
| <input type="checkbox"/> | Brasil .....          | R\$  | 10,00 |
| <input type="checkbox"/> | Para o exterior ..... | US\$ | 20,00 |

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1. Informações: [canuto@cptnacional.org.br](mailto:canuto@cptnacional.org.br)

## COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, Ed. Dom Abel, 1º Andar, Centro.  
CEP 74.030-090 – Goiânia, Goiás – C.P. 749 - CEP 74.001-970

**CORREIOS**  
Impresso Especial

0564/2005 DR/GT  
COM. PAST. DA TERRA

IMPRESSO

VIA AÉREA